

OS CASTELOS DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL



Paula Noé

dezembro 2016

DGPC/SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento	Estudo			
Título	Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal			
Responsável(is)	Tipo	Nome	Contacto	
	Autor	Paula Noé	APNoe@dgpc.pt	
	Coordenador	Deolinda Folgado	DFolgado@dgpc.pt	
	Editor	DGPC	sipa@dgpc.pt	
Versão	1.0			
Estado	Provisória			
Data(s) de preparação	2016-01-11 a 2016-12-20			
Data de emissão	dezembro 2016			
Local de emissão	Sacavém			
Público/Destinatário(s)	Público em geral / Estudantes / Gestores de Património Arquitetónico			
Idioma	Português			
Formato	PDF			
Descrição	Estudo sobre os Castelos construídos pela Ordem do Templo, estabelecendo-se a sua caracterização arquitetónica.			
Descritores	Arquitetura; Património Arquitetónico; Inventário patrimonial			
Relação documental	Tipo de relação	Documento relacionado		
	Complementa	Inventário Temático Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal – Um Percurso		
Copyright	Todos os direitos são detidos pela DGPC e SIPA			
Comunicabilidade	Acesso livre em linha			
Data de transmissão/publicação	2017-01-24			
Local/ endereço de transmissão/publicação	www.monumentos.pt ;			
Código de arquivo				
Historial de revisão	Data	Versão	Revisão	Responsável

FUNDAÇÃO DA ORDEM DO TEMPLO

A Ordem do Templo foi fundada em Jerusalém, em 1118 ou 1119, por um grupo de nove cavaleiros franceses, para a defesa e proteção dos peregrinos que visitavam a Terra Santa. Designados inicialmente *Pauperi Equites Christi* ou *Militia Christi*, passam a denominar-se *Milites Templo*, após o rei Balduíno II lhes ter doado uma parte da sua residência, identificada com o antigo Templo de Salomão, o que lhe confere a denominação de Ordem do Templo ou dos Templários. A regra dos freires foi redigida por São Bernardo de Claraval e aprovada no Concílio de Troyes, em janeiro de 1128.

Entre 1128 e 1139, a Ordem do Templo, composta por monges guerreiros, difunde-se para ocidente, na sequência da viagem realizada por Hugues de Payens, o seu primeiro grão-mestre e principal fundador, por diversos reinos na tentativa de obter novos apoios. A expansão territorial obriga à designação de comendadores para as novas províncias (França e Inglaterra, Poitou, Aragão, Portugal, Apúlia e Hungria), o que revelará que a subordinação exclusiva ao patriarca de Jerusalém era inadequada, e conseqüentemente levará à mudança de tutela para a Santa Sé. Assim, pela bula *Omne Datum Optimum*, de 29 de março de 1139, o papa Inocêncio II reconhece oficialmente a Ordem do Templo, aprova a sua Regra, declara a ordem sob a proteção exclusiva do papa, confirma ao segundo mestre, Robert de Craon, os privilégios já recebidos e concede-lhes outros, nomeadamente o direito de ter os seus próprios capelães e a livre utilização dos despojos dos infieis.

A PRESENÇA DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL

A Ordem do Templo, com caráter militar desde o início, surge documentada desde 1128, data da promulgação da Regra da Ordem e dos primeiros movimentos de expansão para o Ocidente. A ordem virá a desempenhar um papel crucial não só no alargamento do território nacional, mas também na sua defesa, pois a entrega de diversos territórios fronteiriços, mais expostos às investidas dos mouros, tinha em vista o seu povoamento, a exploração agrícola e a criação de condições para a fixação da população. Deste modo, a localização dos bens progressivamente doados estará intimamente ligada ao movimento da Reconquista para sul e ao avanço das sucessivas linhas de fronteira apoiadas nas redes fluviais, bem como à definição da fronteira leste.

Em 1156, depois de D. Gualdim Pais ter regressado a Portugal, vindo do Próximo Oriente, onde estivera cinco anos, e de ter sido nomeado mestre da Ordem do Templo em Portugal, os Templários iniciam um período áureo e incomparável no país. A isso não terá sido alheia a sua participação na II Cruzada, nomeadamente no cerco de Antioquia e na tomada de Escalona (1153), e o contacto com as fortificações construídas pelos Cruzados na Terra Santa, exemplos das mais avançadas soluções arquitetónicas e militares. O mestrado de D. Gualdim Pais marca, aliás, o apogeu da Ordem em Portugal, não só pela importância das doações recebidas da Coroa, mas também pela importância estratégica e arquitetónica das fortificações construídas.

A partir de 1175, a Ordem do Templo deixa de ter um papel tão preponderante como tivera até aí, o que estará relacionado com o avanço da idade do mestre Gualdim Pais (1118 – 1195), bem como

com o papel progressivamente mais significativo desempenhado por outras ordens. Por exemplo, a Ordem do Hospital passa a desenvolver a sua ação militar, ao mesmo tempo que surgem ordens militares de fundação peninsular, como a Ordem de Avis e a Ordem de Santiago, que protagonizarão a Reconquista do Alentejo e do Algarve.

CRISE DA ORDEM DO TEMPLO

No início do século XIV surge uma campanha de difamação e de perseguição contra a Ordem do Templo, fomentada pelo rei de França, D. Filipe IV, o que leva o papa Clemente V a ordenar uma inquirição geral em todos os países para avaliação dos bens e comportamentos dos freires. Pela bula *Regnans in ecclesis triumphans*, de 12 de agosto de 1307, convoca os monarcas para o Concílio de Viena, marcado para outubro de 1311, onde se pretendia definir o destino da ordem e dos seus bens. Em janeiro de 1308, pela bula *Callidi serpentis vigil*, o papa ordena a prisão dos freires portugueses e a sua entrega aos juízes eclesiásticos ou ao inquiridor da heresia e, pouco depois, pelas letras *Deus ultiorum dominus*, nomeia o arcebispo de Braga e o bispo do Porto administradores dos bens templários em Portugal.

Entretanto, D. Dinis inicia uma série de medidas políticas centralizadoras, procurando evitar a possível apropriação dos bens dos Templários, por estranhos ou pela Ordem do Hospital, já que, pelo direito positivo da época, os bens de uma ordem religiosa extinta não poderiam regressar ao uso profano ou civil, tendo de ficar na posse da Santa Sé, até esta decidir o seu destino. D. Dinis tentaria, assim, convencer o papa de que os bens dos Templários seriam imprescindíveis para a continuação da cruzada peninsular e provar que as doações régias portuguesas àquela ordem continuaram a pertencer à Coroa, por terem sido dadas para serviço da nação e para o simples usufruto.

Logo em agosto de 1307, o rei reclama a posse de Soure e Idanha com seus termos, acabando as inquirições por transitar para o tribunal, o que impediria a aplicação das providências estipuladas na bula *Deus ultionum Dominus*, de 12 de agosto de 1308. Deste modo, ficam na posse do rei as vilas e os castelos de Ega, de Redinha e de Soure, bem como Pombal, por sentença definitiva de 27 de novembro de 1309, e os bens de Idanha-a-Velha e Salvaterra do Extremo e respetivos termos, em 19 de janeiro de 1310. Outras inquirições se seguirão, nas quais o rei procurará legitimar a posse de alguns territórios, quer à Coroa, quer aos Templários. Por exemplo, em 1317, o papa chega a atribuir ao cardeal Bertrando de Monte Favencio o castelo e a vila de Tomar, em comenda, mas o rei contesta firmemente, demonstrando que fora a Ordem do Templo a primeira a mandar edificar e povoar o castelo.

Paralelamente, D. Dinis alia-se aos reis ibéricos, estabelecendo um pacto-aliança com D. Fernando IV, rei de Leão e Castela, assinado a 21 de janeiro de 1310, e com D. Jaime II, rei de Aragão, datado de 17 de agosto de 1311, comprometendo-se a auxiliarem-se mutuamente, caso o papa pretendesse apoderar-se dos bens dos Templários.

EXTINÇÃO DA ORDEM DO TEMPLO

A Ordem do Templo seria extinta, em 1312, pela bula *Vox clamantis*, datada de 22 de março, e, pela bula *Ad providam*, de 2 de maio. O papa Clemente V transfere todos os seus bens para a Ordem do Hospital, exceto os de Portugal, de Castela, de Aragão e de Maiorca, os quais ficariam na posse interina dos monarcas, até o conselho decidir qual o seu destino.

Em 1313, D. Dinis envia uma delegação ao novo papa, João XXII, para negociar os termos e condições da extinção da Ordem do Templo em Portugal, cujo desfecho ocorre em 1319, com a criação de uma nova ordem militar, a pedido de D. Dinis. De facto, João XXII, pela bula *Ad ea ex quibus*, de 14 de março, institui a Ordem dos Cavaleiros de Cristo, ou a Ordem de Cristo, como sucedânea da Ordem do Templo, sujeita à visitação espiritual do abade de Alcobaça e com sede no Castelo de Castro Marim, na diocese de Silves, transferindo-se, depois de 1366, para Tomar.

A 24 de junho do mesmo ano, D. Dinis transfere para a Ordem de Cristo as vilas, castelos e lugares de Soure, de Pombal, de Ega e de Redinha, na Estremadura, e as de Idanha-a-Nova e de Idanha-a-Velha, bem como de Salvaterra, de Segura, de Proença-a-Velha e de Rosmaninhal, na Beira Baixa. O monarca justifica que tais lugares e castelos haviam sido ganhos pelo procurador da Coroa, em causa forense antiga, contra o mestre e os freires da Ordem do Templo, no tempo em que durou a (...) *demande e outorvação e dezasocego a dita Ordem tal porque foy desfeita (...)*, procurando assim corrigir a injustiça levada a cabo contra (...) *Deos e direyto e verdadeyra consciência (...)*. A ordem receberia também no seu seio alguns freires templários, ao contrário do que ocorrera noutros países da Europa.

OS CASTELOS DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL

Nas zonas estratégicas de fronteira, ou na proximidade das vias de comunicação, a Ordem do Templo irá reconstruir os castelos doados à cabeça de territórios ou construir novas estruturas fortificadas, os quais se articulavam com os castelos de iniciativa privada, municipal e real e se interligavam por atalhas, criando autênticas linhas fortificadas com o objetivo supremo da defesa do reino.

A primeira doação régia à Ordem do Templo, no território nacional, é feita pela condessa D. Teresa, viúva do conde D. Henrique que, a 19 de março de 1128, doa o **Castelo de Soure** e o seu termo a Raymond Bernard, emissário dos Templários enviado à Península Ibérica, em troca da sua colaboração na reconquista do território aos mouros.

A doação de Soure, uma zona deserta e destruída na fronteira entre os territórios cristão e muçulmano, é de grande importância, pois a sua localização a sul de Coimbra, permitia defender a cidade das investidas muçulmanas e, simultaneamente, controlar a via romana frequentemente usada para as incursões de ambas as fações que, saindo de *Olisipo* (Lisboa), se dirigia a *Aeminum* (Coimbra) e daí a *Bracara Augusta* (Braga). Esta doação seria confirmada a 14 de março de 1129 ou 1130, por D. Afonso Henriques, já como rei, após ter vencido as forças leais a sua mãe, na Batalha de São Mamede, a 24 junho de 1128, e tornar-se-ia ainda mais significativa depois de Coimbra passar a ser a capital do reino, entre 1131 e 1255.

Pouco depois da receção do território, a Ordem do Templo reconstruiria o Castelo de Soure e aí instalaria a sua primeira sede em Portugal, estatuto que conservará até 1160-1169. Assim, à fortificação de planta retangular irregular, edificada anteriormente por D. Sesnando, alvazil de Coimbra, acrescentaram-se duas torres a flanquear a frente mais desprotegida, de que subsiste apenas a torre sudoeste, de três pisos, sendo o piso térreo maciço e com acesso sobrelevado por porta, reaproveitando um ajimez, e com alambor nas três faces, inovação arquitetónica inspirada nas fortificações dos Cruzados no Próximo Oriente, que a ordem introduz em Portugal (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2708).

Inserido no limite norte do termo de Soure, a ordem construirá, na década de quarenta do século XII, o **Castelo de Ega**, igualmente reaproveitando preexistências islâmicas, com planimetria regular, que se manterá ao longo das sucessivas reconstruções, ao que parece, sem torres e com vestígios de alambor na fundação de algumas estruturas. Esse será transformado em paço dos comendadores, nos séculos XIV/XV, e depois remodelado, no século XVI (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2803).

Só em 1145 surgem documentadas novas doações à Ordem do Templo. A 10 de junho, D. Fernão Mendes de Bragança e sua mulher, D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, doam o Castelo de Longroiva com o seu termo e pertenças, não muito longe do rio Côa, aos Templários, na pessoa do procurador D. Hugo de Martónio. Sensivelmente na mesma altura, o mesmo nobre doa à ordem os castelos de Mogadouro e de Penas Róias, ambos em Trás-os-Montes, a norte do rio Douro. As três fortificações permitiam defender a fronteira leste do reino, frente a Leão e Castela.

Em 1147, os Templários integraram, talvez pela primeira vez, o exército do rei, combatendo ao lado de D. Afonso Henriques na conquista de Santarém, ocorrida a 15 de março. Em reconhecimento da sua participação, o rei oferece à ordem, em abril, a autoridade eclesiástica sobre os templos das terras conquistadas aos mouros em Santarém. Em junho do mesmo ano, a milícia participa também no cerco de Lisboa e, depois, na sua conquista, conseguida a 25 de outubro. Após o estabelecimento da diocese de Lisboa, inicia-se um longo conflito entre o bispo Gilberto de Hastings e os Templários, uma vez que o prelado reclama a posse dos direitos das igrejas de Santarém.

Logo após o regresso de Gualdim Pais a Portugal e da sua nomeação como mestre, em 1156, a Ordem do Templo inicia a construção do **Castelo de Pombal**, incluído no território de Soure, constituindo uma das suas primeiras iniciativas. Tem planta ovalada irregular, composta por dez torres retilíneas a reforçar as inflexões da muralha ou a sua longa frente direita, inicialmente com, pelo menos, uma porta, rasgada num apertado pano de muralha, flanqueado por torres (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279).

Três anos depois, em fevereiro de 1159, resolve-se definitivamente a contenda entre a Ordem do Templo e o bispo de Lisboa, que se arrastava desde 1147. Para tal, D. Afonso Henriques doa à ordem o **Castelo de Ceras** e o seu vasto território, para “ad popiulandum”, ou seja, para ser povoado, como contrapartida pela cedência dos direitos eclesiásticos das igrejas de Santarém, exceto a Igreja de São Tiago, que continuava na posse da milícia. Por outro lado, o bispo de Lisboa acordou na cedência à ordem a Igreja de São Tiago de Santarém com o seu território paroquial e reconheceu o direito episcopal sobre as igrejas que a ordem viesse a construir no território de Ceras.

Este novo território, igualmente a sul da cidade de Coimbra e que se estendia desde o rio Mondego até à foz do Zêzere, permitia controlar a estrada medieval da Ladeia, utilizada regularmente pelos exércitos cristãos e muçulmanos nas suas campanhas militares. Desconhece-se se D. Gualdim Pais chega a reconstruir o Castelo de Ceras, então em ruínas, mas, nas Inquirições de 1317, justifica-se que o mestre abandone Ceras em prol da construção de um novo castelo, em Tomar, por este ser (...) *melhor cabeça e ter melhores aguas* (...). Em 1542, os vestígios do Castelo de Ceras ainda seriam visíveis, mas (...) *estava esta terra despovoada* (...).

A construção do **Castelo de Tomar**, concebido para albergar a sede da ordem, teve início a 1 de março de 1160, e, segundo Mário Barroca, decorrerá até 1169, absorvendo todo o esforço construtivo da Ordem do Templo, o que explica a rapidez da construção e a inexistência de obras noutros castelos durante essa década. É considerado o *ex-libris* das fortificações templárias em Portugal, não só pela sua grande dimensão, como pela adoção de soluções arquitetónicas inovadoras.

A estrutura segue o modelo das fortificações típicas do Sul, composto por almedina, pátio e alcáçova, adaptado magistralmente à morfologia do terreno, com torres ou cubelos quadrangulares e semicirculares nas zonas de inflexão, garantindo o tiro flanqueado em quase toda a sua extensão. Ao longo do seu perímetro exterior é construído possante e volumoso alambor pétreo, apenas interrompido nas portas, reduzidas a duas, e, no interior do castelo, uma torre de menagem, a mais antiga do país, datada por inscrição (1160), constituindo estes os aspetos arquitetónicos mais inovadores introduzidos pela Ordem (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3390).

Em 1159, a ordem concede foral a **Redinha**, inserida no termo de Soure, como incentivo à fixação de população na zona. É possível que à data da doação do território já ali existisse uma fortificação, visto ser referida por crónicas árabes, tendo a ordem construído ou reconstruído um castelo bastante elementar que, com a perda de importância estratégica, rapidamente desaparece. Contudo, o termo *cerrado da Ordem* referido no Tombo da Ordem de Cristo, de 1508, e a morfologia do núcleo habitacional entre o paço dos comendadores, ainda existente, e a igreja paroquial, de perfil arredondado, poderá apontar para a planimetria inicial do castelo medieval (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1430). A concessão de foral a Redinha seria o primeiro de vários documentos similares que se sucederão, procurando tornar mais atrativos o povoamento em: Ferreira (1159), vila do Castelo de Zêzere (1162), Tomar (1162), Pombal (1174), Ceras (1178), Santarém (1179), Castelo Branco (1213), Proença-a-Velha (1218) e Vila do Touro (1229).

Durante a década de 1160, a ordem recebe outras doações significativas. A 30 de novembro de 1165, D. Afonso Henriques doa o vasto território de Idanha-a-Velha e de Monsanto, limitado pelos rios Tejo, Zêzere e Elga, na fronteira leste do reino, com a condição de a milícia servir ao monarca e ao seu filho; em setembro de 1169, doa a terça parte de todas as terras que os freires viessem a conquistar na região além-Tejo, mas em que dos seus rendimentos fossem utilizados exclusivamente ao serviço de Deus e do rei; e a 7 do mês seguinte doa o Castelo de Ozêzar (Zêzere) e seu termo e o

Castelo da Cardiga, com todas as herdades desbravadas pela ordem, ao mesmo tempo que confirma a doação do Castelo de Ceras.

Concluídas as obras do Castelo de Tomar, os Templários iniciam um programa de reforma dos castelos da ordem. Assim, inicia-se a construção da torre de menagem no **Castelo de Pombal**, assinalada por inscrição de 1171, isolada no interior do recinto, com planta quadrada e a solução do alambor a proteger este último reduto, o qual é menos saliente na face principal, por esta possuir contrafortes laterais, o que lhe confere um aspeto atarracado.

No mesmo ano, e documentado por duas inscrições, é construído de raiz, o numa pequena ilha rochosa do rio Tejo, o **Castelo de Almourol**, talvez o castelo medieval português mais emblemático. Implantado em local estratégico para controlar um vau onde se passava o Tejo e, simultaneamente, a estrada medieval que passava por Tomar e seguia pela Ladeia até à zona de Coimbra, apresenta, segundo Mário Barroca, grande requinte construtivo, o qual revela os conhecimentos e a mestria dos Templários na arquitetura militar e um extraordinário aproveitamento do local. O facto de a sua construção ter sido iniciada ao mesmo tempo em que decorriam obras na torre de menagem do Castelo de Pombal explica que ambos tenham inscrições muito semelhantes e com textos quase coincidentes (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3404).

As inscrições existentes nos castelos de Pombal e de Almourol referem ainda que, entre os anos de 1169 e 1171, os Templários realizaram obras nos castelos de Cardiga, do Zêzere, de Idanha-a-Velha e de Monsanto. Do **Castelo da Cardiga**, construído ou reconstruído por esta altura, subsiste apenas a torre de menagem, integrada no palácio edificado no século XVI, pela Ordem de Cristo. De planta retangular e de paramentos apurados, rasgados por seteiras, inicialmente com três pisos, foi posteriormente alçada e reformada (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2038). O **Castelo do Zêzere** já não existe mas, possivelmente, terá sido construído sobre um outro mais antigo em local sobranceiro à zona de confluência entre os rios Tejo e Zêzere, formando linha com os castelos da Cardiga e de Almourol. Desde muito cedo teria sido abandonado, por perda de importância estratégica, subsistindo apenas um pequeno pano de muralha coberto de vegetação, de muito difícil datação (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35633).

Em **Monsanto**, ainda no século X, é documentada a existência de um castelo árabe (...) *muito sólido* (...). A acreditar na inscrição existente no Castelo de Tomar que o refere, a ordem terá (re)construído a fortificação até 1171, certamente limitando-se então apenas ao castelo, na zona rochosa mais elevada. Da sua torre de menagem, balizada entre os anos de 1169 e 1171, subsistem apenas os entalhes abertos nos afloramentos rochosos, de planimetria quadrangular, com 6,70 metros por face. Contudo, devido a um litígio com a Ordem do Templo, o castelo rapidamente deixa de lhe pertencer, passando, logo em 1172, para a Ordem de Santiago e depois, talvez por esta não tomar posse efetiva do castelo ou por ter defendido os interesses do reino de Leão durante os conflitos com Portugal, regressará à posse da Coroa, ainda antes de terminar a década (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3930).

Para a defesa da fronteira leste de Portugal com o reino de Leão e Castela, por volta de 1172, inicia-se a construção do **Castelo de Penas Róias**, possivelmente sobre uma fortificação mais antiga, talvez muçulmana, estando hoje muito arruinado. Foi construído num esporão rochoso com condições naturais de defesa, de planta subtrapezoidal, de que conserva pequenos troços de muralha e parte de duas torres semicirculares e a torre de menagem, a quarta mais antiga, adaptada ao afloramento, de três pisos, com porta de verga reta sobrelevada (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1073).

Balizada por Mário Barroca, entre cerca de 1172-1174, será a construção do **Castelo de Mogadouro** ou, pelo menos, da sua torre de menagem. Constitui um castelo roqueiro românico, de planta ovalada, de que se conservam alguns troços de muralha, sendo os primitivos com aparelho em escama; e a torre de menagem, no interior do recinto, rasgada por seteiras, com pano de muralha rasgado pela porta em arco do antigo castelo (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1075).

Em 1174 a ordem remodela o **Castelo de Longroiva**, provavelmente construído no século X, durante a Reconquista, por iniciativa condal, de que se desconhece a primitiva planimetria, já que a atual planta trapezoidal, de quatro faces, resulta das obras oitocentistas de adaptação a cemitério. A ordem constrói a torre de menagem, também datada por inscrição, com planta retangular, paramentos aprumados de três pisos, em que o primeiro corresponde à cisterna e os outros são rasgados por seteiras e porta sobrelevada, em arco. No topo dos paramentos, junto ao remate ameado, a ordem introduz o **cadafalso ou hurdício**, ou seja, uma galeria de madeira na face externa dos muros, permitindo tiro vertical sobre a sua base, solução inovadora que deve ter beneficiado dos conhecimentos adquiridos pelo mestre Gualdim Pais no Próximo Oriente (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6489).

Por volta de 1175, procede-se a uma terceira fase de obras no **Castelo de Soure**, com a construção da torre norte, que Mário Barroca pensa ser a de menagem, apresentando alambor na face nascente e no pano de muralha. O último piso da face interna subsistente apresenta vão em arco ultrapassado, moçárabe, no qual se construiu posteriormente um balcão. Segundo o mesmo autor, proceder-se-ia também ao início da construção da charola em **Tomar**, possivelmente substituindo uma torre da muralha, com a dupla função de templo privativo da ordem e de defesa, com uma tipologia evocativa do Santo Sepulcro e do Templo de Salomão

No final do século XII, D. Sancho I procura recuperar os bens da ordem em **Mogadouro e Penas Róias**, através de dois escambos. O primeiro é feito a 23 de janeiro de 1197, em que o monarca confirma a doação feita por seu pai à ordem da cidade de Idanha-a-Velha, com seus termos, como compensação pelos bons serviços prestados, em troca dos castelos de Mogadouro e de Penas Róias. O segundo data de 5 de julho de 1199, em que o rei entrega à ordem a Herdade da Açafa (Vila Velha de Ródão), em troca das igrejas de Mogadouro e de Penas Róias.

A Açafa constituía um extenso território, que abrangia grande parte da antiga Beira Baixa e uma vasta zona do Alto Alentejo, confinando a norte do Tejo com o termo de Idanha, também templário, até aos limites do Castelo de Belver, da Ordem do Hospital. O **Castelo de Vila Velha de Ródão** seria,

pois, construído na transição dos séculos XII/XIII, num local de grande importância estratégica, sobre o rio Tejo e as denominadas Portas do Ródão, integrando-se na linha defensiva do Tejo. Era composto por circuito muralhado de planta trapezoidal, de que conserva apenas dois panos de muralha, e por torre de menagem no interior do recinto, sobre o local mais elevado, seguindo o esquema dos castelos românicos. A torre, retangular e de três pisos, com acesso sobrelevado, atualmente conserva apenas a marcação de dois pisos (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5166).

Na região da Beira, zona de grande instabilidade, parcamente habitada e onde o reforço do poder municipal conduz à concessão tardia de terras, a ação da Ordem do Templo no controle efetivo do território e na construção de estruturas fortificadas decorrerá essencialmente ao longo do século XIII.

Em janeiro de 1206, D. Sancho I confirma a doação de Idanha-a-Velha (Egitânia) à Ordem do Templo, feita por seu pai e, simultaneamente, doa-lhe **Idanha-a-Nova**, que ele havia povoado. Nessa sequência, será construído o castelo, de que subsiste apenas a zona principal do recinto, hoje convertido em miradouro, de planta ovalada, com algumas fiadas dos paramentos da muralha, adaptadas ao terreno. O castelo possuía torre de menagem, conforme é documentado por Duarte de Armas, de dois sobrados e pequeno portal sobrelevado (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35643).

A Ordem do Templo recebe de D. Afonso II, em novembro de 1214, a terra da Cardoso, atual **Castelo Branco**, denominação inspirada na de Chastel Blanc, que os Templários detinham no Próximo Oriente (Síria). A confirmação da doação pelo papa Inocêncio III, em 1215, refere que os Templários haviam construído a vila e a fortaleza de Castelo Branco, mas, a existir uma fortificação, essa deveria ser anterior, ou bastante elementar, e construída sobre estruturas mais antigas. Contudo, o castelo estaria edificado em 1230, visto haver referência documental à alcáçova. A cerca urbana seria mandada construir por D. Afonso IV, em 1343, época provável para a edificação da torre de menagem, poligonal, integrada no circuito. Hoje, do castelo subsiste apenas parte das frentes norte e nascente, com panos de muralha; a torre norte, com várias seteiras, e a torre do ângulo nascente, que integraria o paço, com vãos revivalistas (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2495).

Em novembro de 1220, o concelho da Guarda doa à Ordem do Templo o padroado e dízimos de algumas igrejas na região, na condição de que fosse erguido um **castelo em Touro** para proteger os habitantes. No mês seguinte, o mestre Pedro Alvites concede-lhe foral, tendo em vista o povoamento e a fixação dos moradores no local, iniciando, depois, a construção do castelo, em local estratégico do Riba Côa, para defesa da fronteira leste de Portugal. Formado por uma simples cerca, de planta poligonal irregular, adaptada à morfologia acidentada do terreno, integrando afloramentos rochosos, de paramentos aprumados e uma única porta, virada à povoação, nunca chegou a ser concluído, devido à perda de importância estratégica, com o avanço da fronteira para leste (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4748).

Pôncio Afonso e sua mulher doam à ordem, a 10 de fevereiro de 1230, entre outros bens, a vila de **Bemposta**, do concelho de Castelo Branco. Na sequência dessa doação, procedeu-se à construção de uma **fortificação**, desconhecendo-se, porém, como seria. No entanto, em 1505, apesar de já não ter a mesma importância estratégica, integrava-se no **tipo “mota”**, ou seja, era composta por uma torre disposta em plano sobrelevado, que começava a ruir, com dois sobrados, o superior em madeira, acedida por portal a poente, mas tendo um outro, envolvida por um monte de terra artificial, cercado por uma cerca, parcialmente derrubada. Das antigas estruturas do castelo, subsiste apenas a torre medieval, que foi muito adulterada no século XX pelo acréscimo de uma torre do relógio sobre um dos cunhais, mas a disposição curvilínea do núcleo de habitações que a envolve denuncia o antigo traçado da cerca (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11674).

Na área do atual concelho de Idanha-a-Nova, a ordem construirá vários castelos. Em 1237, após a ida do mestre D. Estêvão de Belmonte e dos seus freires a **Rosmaninhal**, para o povoar, dando-lhe autonomia e termo próprio, deve ter sido construído o castelo, atualmente desaparecido. Contudo, o castelo e a cerca deveriam ter planta circular, dada a morfologia do casco urbano e a referência, no Tombo de 1678, a ter setenta e três varas de redondo. Em 1505, o castelo já se encontrava arruinado, possuindo cava ou fosso e alicerces de parede com um arco (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35677).

Para a defesa da fronteira leste, o mesmo mestre construirá o **Castelo de Salvaterra do Extremo**, de planta circular, regular, tipologia menos comum e denotando grande modernidade, com uma porta em arco. Do castelo, nada mais existe senão a torre de menagem, que tinha três pisos, junto da qual existia uma cisterna. Na transição dos séculos XIX/XX seria adaptada a torre dos sinos e mais tarde a torre do relógio, adulterando-se a zona superior (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8483). Será também construído o **Castelo de Proença-a-Velha**, denominação que, segundo Leite de Vasconcelos, poderá ter sido importada de França, trazida por cavaleiros das ordens militares, ou por povoadores vindos da Provença que ali se fixaram. A perda de importância estratégica conduz ao abandono e à ruína do castelo, não tendo subsistido quase nenhuns vestígios. Sabe-se, apenas que o castelo seria de pequenas dimensões, talvez com um único cubelo e sem torre de menagem, visto essa estar em construção no início do século XVI (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35676).

Não existe documentação que comprove a doação de **Penamacor** à Ordem do Templo, mas a povoação integrava-se no território de Idanha e Monsanto, dado por D. Afonso Henriques, em 1165, aos Templários, sendo possível que, apesar da grande instabilidade, a ordem ali tivesse construído o castelo antes de D. Sancho I lhe conceder foral (1209), visto o documento já referir o pretor ou alcaide. O castelo seria, provavelmente, construído na transição dos séculos XII/XIII, subsistindo a torre de menagem, que se inseria no circuito muralhado, avançando para o exterior. Dispõe-se sobre afloramentos rochosos, no local mais elevado, com planta quadrangular, paramentos em cantaria siglada, interiormente de três pisos e porta sobrelevada, encimada por inscrição. No início de Quinhentos, recebe, no entanto, obras, conforme atestam as armas e uma das insígnias de D. Manuel I, na face norte, e os desenhos de Duarte de Armas, que, no *Códice de Lisboa*, refere que a

torre não está acabada e, no de Madrid, representa um guindaste a transportar blocos de pedra para a torre, datando desse período o remate em balcão corrido, sobre mísulas com matacões, ou machicoulis, e a cobertura abobadada do último piso (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=844).

A ordem também reformou a cerca urbana romana, construída no Baixo-Império, que envolvia a povoação de **Idanha-a-Velha**, mas é difícil precisar as datas da sua instalação no local e das obras realizadas. Se em 1165, D. Afonso Henriques doa, pela primeira vez, Idanha à Ordem do Templo, por vários motivos, esse território acaba por voltar à Coroa que, sucessivamente, promove o seu povoamento e a sede aos Templários. Além disso, as reparações feitas na Idade Média utilizaram os mesmos materiais e as técnicas construtivas semelhantes às romanas. Ao certo, sabe-se que, em 1245, seria construída no antigo fórum a torre, sobre o *podium* de um templo dedicado a Vénus, com planta retangular, paramentos reutilizando silhares romanos, mas que foram siglados, de porta sobrelevada, em arco, contendo no tímpano inscrição datada, comemorando a sua integração na ordem. Sobre o muro romano que circundava o templo foi construída uma cerca retangular à volta da torre (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9319).

Em 1252, após a doação de vários bens em **Castelo Novo** e da própria vila, conforme se depreende pelo foral manuelino, a Ordem do Templo ali deve ter construído o castelo, com planta ovalada, adaptada ao terreno de grandes afloramentos rochosos, com uma só porta, em arco, junto à qual se localizaria o pequeno pátio e a torre de menagem na zona mais elevada do cabeço, de planta quadrangular e acesso sobrelevado sobre piso térreo cego. Mais tarde, talvez durante o reinado de D. Dinis, abrir-se-ia, junto à torre de menagem, uma segunda porta, já em arco apontado, e teria sido construído o cubelo e o pano de muralha saliente, que o flanqueiam (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2525).

Numa fase terminal da ordem, a região da Beira veria construídos dois outros castelos. O **Castelo de Segura**, na transição dos séculos XIII/XIV, pela Ordem do Templo ou pelo concelho, após D. Dinis dar autorização, em 1299, ao concelho e aos alcaides para a sua construção, no prazo de dois anos, para defesa da fronteira com Leão. Do castelo medieval, que no início de Seiscentos tinha três torres, sendo uma a de menagem, uma quinhentista e a outra com alambor, subsiste apenas parte da marcação do seu recinto, de planta ovalada, adaptado à morfologia do terreno, hoje convertido em miradouro, e no meio do qual se construiu recentemente uma torre do relógio descaracterizante (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3988).

A 13 de setembro de 1303, D. Dinis doa o castelo e a vila de **Penha Garcia** com os seus termos e todos os seus direitos, esperando que a ordem ali conseguisse manter a paz. Integrado na defesa da fronteira leste, é provável que a ordem tenha procedido à construção de um castelo, sobre as estruturas de um mais antigo, revelando um total aproveitamento da morfologia do terreno. Da antiga fortificação gótica, subsiste apenas a pequena cidadela, no topo do imponente maciço, ainda que um pouco alterada pelo tempo e pelas obras do século XX que, de certa forma, o recriaram. Tem planta retangular, com muralhas aprumadas, integrando, no ângulo sudoeste, torre de menagem hexagonal, de dois sobrados, subsistindo, atualmente, apenas o maciço do seu arranque no interior, tendo a zona que avançava para o exterior sido desbastada. Tinha apenas uma porta em arco, tendo

sido aberta, mais recentemente, uma outra, a nascente (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8482).

Na região a sul do Tejo a Ordem do Templo construirá poucos castelos, dado que a Reconquista desse território foi levada a cabo essencialmente por outras ordens militares. Ainda assim, a ordem será responsável pelos castelos de Nisa, de Alpalhão e de Montalvão, ainda integrados no território da Açafa.

O **Castelo de Montalvão** seria construído na transição dos séculos XII/XIII, para defesa da fronteira leste, com planta ovalada, dois cubelos quadrangulares, bastante salientes e em posição oposta, e paramentos aprumados, em alvenaria de xisto. Conserva alguns troços em espinha, os vestígios mais antigos, e apresenta ao longo de todo o perímetro exterior, possante alambor, só interrompido na face da porta. Apesar da sua importância estratégica, visto permitir a ligação entre o Norte e o Sul através da barca que ali atravessava o Tejo, é possível que o castelo nunca tenha sido concluído (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27855).

Na década de noventa do século XIII, com a direção das obras pelo mestre frei Lourenço Martins, a ordem construirá o **Castelo de Nisa**, o qual será destruído na Guerra da Sucessão, de 1704. Do castelo, de características góticas, com planta quadrangular regular, paramentos aprumados com torres quadrangulares nos ângulos, integrando no seu circuito a de menagem, e duas portas, a principal virada à vila e a da traição na frente oposta, subsiste apenas um troço de muralha a sul. Posteriormente, já após a extinção da ordem, seria construída a cerca urbana (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4575).

O **Castelo de Alpalhão** teria sido construído por volta de 1300, para a defesa da margem direita do Tejo, hoje inexistente. Implantava-se em zona privilegiada, permitindo controlar a via militar romana que ligava Santarém a Cáceres, passando por Gavião e Castelo de Vide, tendo recebido obras posteriores, uma vez que, no início do século XVI, era um castelo da primeira fase da arquitetura militar de transição, com grande regularidade planimétrica e adaptado à artilharia piobalística, integrando a torre de menagem medieval num ângulo e tendo nas restantes torres circulares abobadados (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14241).

Para além dos castelos identificados, a linha de defesa da Ordem do Templo era composta e complementada com inúmeras **atalaias**, que interligavam os castelos, ajudando a manter as comunicações entre eles e facilitando a sua defesa. Grande parte dessas atalaias já desapareceu, subsistindo apenas a sua memória documental, como a de Pias (1160), a que se implantava a norte do Castelo de Penha Garcia e a atalaia que ficava junto à vila de Penamacor, ou o seu nome na toponímia da povoação desenvolvida sob a sua proteção, como aconteceu em Atalaia, construída entre Tomar e Almourol, na margem direita do Zêzere. Alguns documentos chegam a definir a manutenção destas estruturas, como, por exemplo, o foral concedido a Tomar, no qual se estabelece que as atalaias, durante metade do ano, ficavam sob a responsabilidade dos freires templários e, na outra metade, seriam asseguradas pelos habitantes da vila. Algumas atalaias seriam ainda documentadas por volta de 1945, por João de Almeida, como as que interligavam os castelos de Segura e de Salvaterra, ou o de Nisa e de Montalvão, tendo desaparecido posteriormente. De

outras subsistem apenas os seus alicerces, como a atalaia junto ao Castelo de Monsanto, ou panos de muro, como a Torre do Langanhão ou de Murta, em Ferreira do Zêzere (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3373), ou a atalaia existente junto à margem do rio Erges, frente ao Castelo de Peñafiel. Um dos melhores exemplos será, sem dúvida, a Torre de Dornes, possivelmente construída no início do século XIII, pela ordem, sobre estruturas romanas e remodelada no século XVI, para colocação dos sinos do concelho. Tem planta pentagonal, planimetria invulgar para as torres defensivas medievais, e paramentos aprumados, evoluindo em dois pisos (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3361).

EM SÍNTESE

A Ordem do Templo assumiu um papel de grande importância na conquista e na consolidação de parte do território nacional, na evolução da arquitetura militar e na defesa do reino, especialmente nos séculos XII e XIII.

Detentora de profundos conhecimentos das táticas de guerra e da arquitetura militar, fruto do contacto com as fortificações do Próximo Oriente, nomeadamente por parte do mestre Gualdim Pais, a Ordem do Templo manifestará nos castelos construídos toda a sua mestria, sendo responsáveis, segundo Mário Barroca, pelos castelos mais sofisticados ao longo do século XII. Será também responsável pela **introdução de alguns aspetos inovadores na arquitetura militar**, que contribuirão decididamente para o desenvolvimento da arquitetura militar portuguesa. Destes aspetos inovadores, destacam-se a **introdução da torre de menagem, do alambor e do cadafalso ou hurdício**.

O papel da Ordem do Templo na história nacional e a caracterização das suas construções arquitetónicas não se esgotam neste breve inventário temático sobre os Castelos da Ordem do Templo em Portugal. Pelo contrário, é mais uma súpula das principais doações recebidas, nas quais a ordem irá (re)construir castelos, que se procuram caracterizar brevemente na estrutura mais próxima da sua “fase templária”, apontando, sempre que possível, os aspetos inovadores introduzidos pela ordem. É também um ponto de partida para ensaios mais profundos, com base em estudos parcelares monográficos, que possam clarificar os aspetos mais obscuros da evolução histórica e arquitetónica de certos castelos, sobretudo os mais tardios, os mais destruídos ou até mesmo inexistentes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João - Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Lisboa: Império, 1945;

ARMAS, Duarte de – Livro das Fortalezas. Fac-simile do MS. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Patrocínio da Academia Portuguesa de História; edições Inapa, 1997;

BARROCA, Mário Jorge - «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII». In Portvgália. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 1997, nova série, vol. XVII-XVIII, pp. 171-209;

BARROCA, Mário Jorge - «Arquitectura Militar». In Nova História Militar de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 2, pp. 95-121;

BARROCA, Mário Jorge - «D. Dinis e Arquitectura Militar Portuguesa». In Revista da Faculdade de Letras História. Porto: Universidade do Porto, 1998, 2ª série, vol. XV, Tomo I, pp. 801-822;

BARROCA, Mário Jorge - «Da Reconquista a D. Dinis». In Nova História Militar de Portugal. Lisboa: 2003, vol. I, pp. 21-161;

-BARROCA, Mário Jorge - «De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num Espaço de Fronteira». In Portvgália. Nova Série. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2008 – 2009, vol. XXIX - XXX, pp. 193-252;

BARROCA, Mário - «Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (Séc. IX a XII)». In Portvgália. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 1990 – 1991, vol. XI - XII;

BARROCA, Mário Jorge – Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1995, vol. 2, tomo 1;

BARROCA, Mário Jorge - «*Os Castelos dos Templários em Portugal e a organização da defesa do Reino no séc XII*». ([file:///C:/Users/apnoe/Downloads/188818-254786-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/apnoe/Downloads/188818-254786-1-PB%20(2).pdf)), pp. 213-227;

COELHO, P. M. Laranjo - «As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo: I – Comendas da Ordem de Cristo». In Archeologo Português. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924, vol. XXVI, pp. 186-248;

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção). Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: texto policopiado, 2009;

DGPC/SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal

GONÇALVES, Iria (organização) – Tombos da Ordem de Cristo. Comendas do Médio Tejo. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, vol. 1; 2005, vol. 2; 2006, vol. 3; 2009, vol. 5; 2010, vol. 6; 2014 vol. 7;

GOMES, Rita Costa - Castelos da Raia. Beira. Lisboa: IPPAR, 1997, vol. 1;

GOMES, Rita Costa - Castelos da Raia. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português do Património Arquitectónico. Trás-os-Montes. Lisboa: IPPAR, 2003, vol. II;

GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues - Os Castelos da Beira Interior na defesa de Portugal (séc. XII - XVI). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: texto policopiado, 1995;

GOMES, Saul António - «A presença das Ordens Militares na região de Leiria (séculos XII-XV)». In As Ordens Militares em Portugal e no Sul da França. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 143-204;

MONTEIRO, João Gouveia - Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando. Lisboa: Colibri, 1999;

NUNES, António Lopes Pires – Os Castelos Templários da Beira Baixa. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2005;

OLIVEIRA, Nuno Villamariz – Castelos Templários em Portugal. Lisboa: Ésquilo, 2010.